



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA

**205ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL
- CNPS -**

Brasília, 29 de Maio de 2014

Esplanada dos Ministérios | Bloco F | sala 902 | Brasília – DF

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS

ATA DA 205ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 29 de Maio de 2014

LOCAL: Esplanada dos Ministérios - Ministério da Previdência Social, Anexo F, Sala 902

PRESENÇAS

Representantes do Governo

MPS - Benedito Adalberto Brunca

INSS – Sérgio Antonio Martins Carneiro

SPPS - Jaime Mariz de Faria Júnior

Representações dos Aposentados e Pensionistas

SINTAPI/CUT – Mário Sérgio Rodrigues da Conceição

SINDAP - Oswaldo Lourenço

COBAP – Luiz Adalberto da Silva

Representações dos trabalhadores em atividade

Força Sindical – Antonio Cortez Morais

CNPA – Daniel Alves Burle

CONTAG – Evandro José Morello

Representação dos empregadores

CNI – Rafael Ernesto Kieckbusch

CNF - Walter Tadeu Pinto de Faria

CNC - Antônio Lisboa Cardoso

CNA – Frederico Toledo Melo

CNT – Nicole Goulart

Convidados

Daniel Avelino – SGPR

Marco Antônio Perez - Diretor DPSSO/MPS
Paulo Henrique Coelho – DATAPREV
Plínio Pavão – CUT
Maria Antonia Magalhães – SINDNAPI
Josepha Teothônia de Brito – COBAP
Renato Moura da Silva - INSS
Sílvia Aparecida Ziemba Moreno – INSS/DIRBEN
Janaina dos Santos de Queirós - Mauricio Oliveira – COBAP
Lester Ribeiro – BMG/ABBC
Amarildo Saldanha – MP/SAF
Vladimir Gobbi Junior – INSS/DIRBEN
Vânia Ataíde da Silva – CNA
Ponceano Vivas - ABBC

Ausências

MPS - Garibaldi Alves Filho
MPS - Carlos Eduardo Gabas
MPS - Rogério Nagamine
INSS - Lindolfo Neto de Oliveira Sales
MP - Rodrigo Antunes de Carvalho
IPEA - Marcelo Abi-Ramia Caetano
MP - Jefferson Luis Bittencourt
MF - Adriana Arruda Pessoa Moreira
COBAP – Moacir Meirelles de Oliveira
COBAP - Silberto Raimundo da Silva
SINDNAPI - Paulo José Zanetti
UGT – Miguel Salaberry Filho (**justificada**)
CUT – Valeir Ertle
CONTAG – José Wilson de Souza Gonçalves

I – ABERTURA

Presidindo a Mesa, o Excelentíssimo Senhor Benedito Adalberto Brunca (MPS) abriu a 205ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS e deu por iniciada a reunião.

II – EXPEDIENTE

O Sr. Benedito Adalberto Brunca (MPS) saudou a todos e, em seguida, socializou a pauta dos trabalhos para essa reunião. Na continuidade, ele colocou para aprovação da Ata referente 204ª Reunião Ordinária do CNPS, realizada no dia 24 de abril de 2014. Dispensada a sua leitura, a Ata foi submetida aos senhores conselheiros, em regime de votação, sendo aprovada com ressalva do conselheiro Luiz Adalberto da Silva (COBAP) que fez a seguinte observação: **“Acho que foi por engano, na Ata não consta as linhas 488 a 492 da degravação e a linha 711 e 724. Se eu fosse contemplado por mim está aprovada a ata”**.

III – Informes

O Sr. Daniel Pitangueiras (SGPR) socializou para esse colendo Colegiado o item de pauta “Fórum Interconselhos – Agendas transversais”. Ele após saudar os presentes, deu por iniciada a sua apresentação, antes, porém, passou o vídeo exibido no encerramento do evento chamado “Arena da Participação Social” que contou com a presença da Excelentíssima Senhora Presidenta da República. O referido evento teve como objetivo tornar a democracia brasileira mais aberta, intensa e mais democrática, visto que, hoje o Brasil é referência internacional em termos de processo, instâncias, estratégias democráticas, isso não é por outra razão senão pelo trabalho de cada um dos brasileiros engajados na luta cotidiana dentro dos Conselhos, das conferências, dos movimentos sociais, dos protestos, das passeatas, das militâncias e também dentro dos órgãos governamentais. Ele também falou do Decreto 8.423, assinado pela Presidenta que estabelece a política nacional de participação social. Em seguida, recomendou aos presentes a buscar esse documento, fazer a leitura dele, pois é esse Decreto que vai orientar de agora em diante todo o esforço de aperfeiçoamento dos canais de participação, ele foi publicado no Diário Oficial com bastante destaque e está acessível na internet. Ele falou sobre o aperfeiçoamento da participação social, que já vinha sendo desenvolvido desde 2011. Esse processo objetiva ampliar a participação no planejamento

público. Atualmente há um número bastante expressivo de Conselhos no Brasil, no governo federal inclusive, cada um cuidando de uma área específica, de uma política pública. Também falou da articulação de mais de um Conselho, área e dos temas que envolvem a intersetorialidade, transversalidade e o trabalho conjunto dentro do governo federal, exemplo, o PPA-Plano Plurianual, o qual deve ser debatido no âmbito dos Conselhos, bem como, colocar em pauta o tema do planejamento governamental de médio prazo para os próximos quatro anos, assim sendo, o Ministério do Planejamento em conjunto com a Secretaria Geral da Presidência da República adotaram como estratégia a construção de um espaço transversal, um espaço onde conselheiros e seus respectivos Conselhos pudessem estar presentes, falando não apenas de sua área, de seu ponto de vista específico, mas falando como representantes da sociedade brasileira no sentido mais amplo e, esse espaço criado foi o Fórum Interconselhos, o qual teve sua primeira convocação em maio/2011 com a finalidade de trazer propostas da sociedade para o planejamento governamental. Registre-se, a articulação, o envolvimento, a confiança e legitimidade dadas pelos participantes que possibilitaram a esse Fórum o fortalecimento intenso que uma das principais demandas que chegaram para o Ministério do Planejamento e a Presidência da República foi de que o Fórum não poderia parar, ou seja, não deveria limitar-se apenas a trazer propostas para elaboração do PPA, os participantes queriam mais e por conta disso o fórum foi tornado uma instância permanente de monitoramento não apenas de proposição no momento de preparação, mas também no monitoramento da execução dos planos do governo e é nessa função de monitoramento que foi socializado nos Conselhos no passado, o primeiro relatório de execução do PPA com foco nas Agendas Transversais. Conforme pactuado com os participantes do Fórum em 2012, o monitoramento do PPA seria feito dessa maneira indicando o que no planejamento governamental estava sendo feito pelo governo federal como um todo independente de qual Ministério para atender a segmentos específicos da população que são as 9 Agendas listadas no relatório, isto é, a agenda de Igualdade Racial, Povos Indígenas, mulheres, criança e adolescente, juventude, pessoa idosa, pessoa com deficiência, população em situação de rua e população LGBT. O documento em questão, ele é inovador é inédito, visto que, pela primeira vez a sociedade tem discriminado por cada um dos seus segmentos uma resposta de governo que é ao mesmo tempo oficial e unificada, isso significa que para cada uma das áreas elencadas já existe uma resposta governamental dizendo o que ele fez para beneficiar cada um desses

segmentos dessa população e isso de maneira bem franca, bem honesta. Igualmente, as lacunas, as falhas e os obstáculos também estão mencionados no relatório e aquilo que o governo federal não deu conta de fazer ou que não conseguiu ainda fazer a contento também está relatado, ou seja, tudo em um diálogo muito franco e muito transparente e é isso que é feito via Fórum Interconselhos. Ele também falou de todo o processo do PPA referente ao ano de 2013, o qual será apresentado pelo governo federal no Congresso Nacional, a expectativa é que seja apresentado no mês de junho e dele vai ser extraído também os dados para montar o relatório simplificado da Agenda Transversal. O senhor relator convidou a todos a tomarem conhecimento do relatório referente ao ano 2013 e, assim, colocar isso em debate, isto é, na pauta com olhar da Previdência Social, com olhar de cada um dos movimentos, dos setores que integram este Conselho. Por fim, ele falou do V Fórum Interconselhos, ele está previsto para acontecer no segundo semestre, possivelmente no mês agosto; Da audiência pública a ser realizada no início do mês de junho, oportunidade em que será debatido o Orçamento Federal. Premiação dada pelas Nações Unidas ao Fórum Interconselhos como a melhor experiência de inovação em participação social no mundo. Concluída a apresentação, o Sr. Benedito Adalberto Brunca (MPS) agradeceu ao relator e, em seguida, aconselhou aos conselheiros a participarem da Audiência Pública, pois essa participação poderá subsidiar o debate em relação ao orçamento da Previdência Social, o qual será objeto de análise mais profunda no âmbito deste Conselho. Na continuidade, o Sr. Presidente falou da Situação Atual dos Conselhos de Previdência Social – CPS. Sobre o assunto em questão, ele disse que periodicamente serão trazidos na esfera deste Pleno, as informações a respeito do funcionamento dos Conselhos de Previdência Social e seu funcionamento no âmbito das gerências. Ele explicou em detalhes: O Caráter democrático e descentralizado e Gestão Quadripartite e seus Preceitos Constitucionais; O que são os Conselhos de Previdência Social? Em 2003, por força do Decreto nº 4.874, de 11 de novembro, foram criados os Conselhos de Previdência Social - CPS, unidades descentralizadas do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, vinculadas ou funcionando junto às Gerências-Executivas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; São instâncias colegiadas e têm caráter consultivo e de assessoramento, podendo encaminhar propostas para serem deliberadas no âmbito do CNPS. Os conselhos buscam ampliar o diálogo entre a gerência-executiva do INSS e a sociedade, permitindo que as necessidades específicas de cada localidade no que diz respeito ao debate de políticas públicas e de legislação previdenciárias sejam

atendidas de modo mais eficiente; Os CPS são compostos por 10 conselheiros, sendo 2 representantes dos trabalhadores, 2 dos empregadores, 2 dos aposentados e pensionistas e 4 do Governo, os quais se reúnem ao menos uma vez por bimestre; Cada representante tem como principal atribuição identificar características da Previdência que possam ser aperfeiçoadas; fazer propostas para melhorar a gestão do sistema previdenciário; facilitar o desenvolvimento e solidificação da gestão democrática e próxima dos cidadãos, além de exercer o controle social sobre a administração pública. O atual regimento interno dos CPS foi aprovado pela Resolução nº 1.304 de 10 de dezembro de 2008 do CNPS. Por fim, socializou em pormenores o QUADRO DE REUNIÕES – CPS do período 2004 – 2014. Encerrando o seu informe, o Sr. Presidente deixou registrado o seguinte pronunciamento: *“Como nós apontamos que dentre as reuniões convocadas sucessivamente e que não têm sido eficaz, não tem havido comparecimento efetivo das partes de modo que a gente possa repensar se aquela representação continua como a representação ou se nós promovemos alguma mudança para dar efetividade, a possibilidade do funcionamento do Conselho. Esse é um pouco do quadro que estamos estudando junto com a equipe da secretaria do CNPS e nós vamos a cada reunião atualizar vocês desse desafio e entre as reuniões, nós vamos começar a repassar para vocês eventualmente os ofícios que estão sendo encaminhados às entidades representativas das suas categorias em âmbito local e que não têm sido objeto resposta para vocês também buscarem fazer essa articulação para nos facilitar esse processo de designação e pauta desses Conselhos”*. Aberta a palavra para as considerações do Colegiado, manifestaram-se: Walter Tadeu (CNF); Antônio Cortez (Força Sindical); Antônio Lisboa Cardoso (CNC); Evandro Morello (CONTAG); Rafael Ernesto Kieckbusch (CNI); Luiz Adalberto da Silva (COBAP). O debate ocorreu encima das seguintes questões pontuadas pelos conselheiros: desintegração da relação dos Conselhos com o CNPS; Ter conhecimento prévio dos ofícios encaminhados as entidades; Quantidade de Conselhos existentes; Incentivar bases representativas deste Pleno a participarem dos Conselhos de Previdência Social; viabilizar o debate e funcionamento dos Conselhos; Após ouvir as considerações dos conselheiros, o Sr. Presidente informou as seguintes ações, objetivando a revitalização dos CPS, logo, fazer uma sequência de videoconferências para poder debater com essas gerências que estão com grau de dificuldade e, assim, motivar a reunião do Conselho; eSocial, tirar das pautas propostas nesse segmento e compartilhar com os CPS. Como encaminhamento a

matéria, o Sr. Presidente sugeriu acatar a sugestão dada pelo conselheiro Luiz Adalberto da Silva (COBAP) de constituir um GT com a finalidade de debater as questões postas, antes, porém, necessário se faz, nivelar algumas informações antes de pensar na estruturação do grupo em termos de que ele busque alternativas. O Sr. Evandro Morello (CONTAG) recomendou que os conselheiros assumissem o compromisso de fazer as questões propostas por etapa de tudo o que foi colocado a respeito da matéria em questão, de modo a permitir fazer uma avaliação desse processo primeiro, agindo assim, facilitará a construção de uma proposta, um caminho de articulação com os Conselhos que dê resultado muito interessante. Após mais algumas considerações feitas pelo Sr. Presidente, ele constituiu o GT formado pelos seguintes conselheiros: Luiz Adalberto da Silva (COBAP); Frederico Toledo Melo (CNA); Maria Antonia Magalhães – SINDNAPI e SINTAPI/CUT – Mário Sérgio Rodrigues da Conceição. O GT recém formado deve reunir-se com a Secretaria Executiva do Conselho a fim de estudar melhor as alternativas que serão propostas.

IV – ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente deu sequência ao próximo item da pauta, logo, “Políticas de prevenção de acidentes do trabalho”. A matéria em questão foi apresentada pelo Sr. Marco Antônio Gomes Pérez (Diretor de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional – DPSSO/SPPS/MPS), este, após saudar a todos, apresentou, para conhecimento do Pleno, o panorama geral do tema e, em seguida, falou sobre: Os aspectos constitucionais da saúde do trabalhador – CRFB 1988; Negócio ou objeto de ação e meios: Benefícios e Serviços; Mecanismos e Instrumentos: Informação, Comunicação, Ferramentas e Regulamentação; Diretrizes: Ações Integradas e Participação Social; Aprimoramento de ações sobre: Reabilitação, Aposentadoria Especial, Critérios de relação de causalidade, Sistemas de informação, Cooperações, técnicas, SAT/RAT/FAP. Concluído esse ponto, o relator iniciou o próximo item de pauta, visto que, os assuntos são interligados, logo, “Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador”. Sobre o tema em questão, o relator socializou o Histórico e Avanços Alcançados pela Previdência Social a partir da 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador – 3ª CNST e Proposições para a 4ª Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador. A 3ª CNST, convocada pelos Ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego e da Previdência Social, ocorrida em 2005, teve como tema: “Trabalhar, sim! Adoecer, não!”. Tal tema procurava resgatar a positividade do trabalho e desconstruir a relação trabalho sofrimento, comum no imaginário social de

tradição judaico-cristã, assim como induzir a reflexão da necessidade dos processos produtivos não serem fatores de agravos à saúde. Três eixos temáticos, no formato de questões paradigmáticas, foram definidos para orientar os debates da 3ª CNST: Como garantir a integralidade e a transversalidade da ação do Estado em saúde dos (as) trabalhadores (as)? Como incorporar a saúde dos (as) trabalhadores (as) nas políticas de desenvolvimento sustentável no País? Como efetivar e ampliar o controle social em saúde dos (as) trabalhadores (as)? Textos de apoio enviados pelo Ministério da Previdência Social para discussão na 3ª CNST. A 3ª CNST, em caráter deliberativo, aprovou 344 resoluções, sendo 273 da esfera de governo federal, 204 estadual e 255 municipal. Algumas das resoluções se inscrevem em diferentes esferas de governo. Outras são de responsabilidade compartilhada ou exclusiva de um ou mais órgão, de acordo com sua área temática: agricultura e pesca (17 resoluções), direitos humanos (90), educação (23), emprego e renda (90), meio ambiente (75), política urbana (90), desenvolvimento social (13), desenvolvimento agrário (9), ciência e tecnologia (10), indústria e comércio (12), outros programas e ações do governo (90), e Poder Legislativo (103). Algumas resoluções se inserem em diferentes âmbitos de governo; portanto, os números não são cumulativos. A 4ª CNSTT foi convocada somente pelo Ministério da Saúde, para realizar-se em 2014. Diferentemente da conferência anterior, a etapa municipal foi substituída pela etapa macro-regional, onde estão previstos eventos que agreguem diversos municípios de cada Estado (UF), além do Distrito Federal, de acordo com as divisões regionais de saúde ou determinação do Conselho Estadual de Saúde. Conforme Resolução do Conselho Nacional de Saúde (Res. CNS nº 494/2013), as Etapas Macrorregionais da 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (4ª CNSTT), cujo tema central é “Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, Direito de Todos e Todas e Dever do Estado” e eixo principal “Implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora”, ocorrerão até 31 de maio de 2014, com o objetivo de: “analisar as prioridades constantes no Documento Orientador e elaborar propostas para Municípios, Macrorregiões, Estados e União para a implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, considerando os processos produtivos no território e a situação de saúde dos trabalhadores, formais e informais, rurais ou urbanos, e emitirá Relatório da Etapa Macrorregional, juntamente com a lista dos Delegados da Macrorregião eleitos para a Etapa Estadual (Distrito Federal), considerando-se os prazos previstos no Regimento da Conferência Estadual (Art. 3º do RI)”. Na Etapa Macrorregional

serão analisadas as prioridades constantes no Documento Orientador³ e elaboradas propostas para municípios, macrorregiões, Estados e União para a implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, e emitirá Relatório da Etapa Macrorregional, juntamente com a lista dos Delegados da Macrorregião eleitos para a Etapa Estadual (Distrito Federal), considerando-se os prazos previstos no Regimento da Conferência Estadual. Para sistematizar os debates, os temas estão sendo enquadrados nos seguintes sub-eixos temático: I - O desenvolvimento socioeconômico e seus reflexos na saúde do trabalhador e da trabalhadora; II - Fortalecer a participação dos trabalhadores e das trabalhadoras, da comunidade e do controle social nas ações de saúde do trabalhador e da trabalhadora; III - A efetivação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, considerando os princípios da integralidade e da intersetorialidade nas três esferas de governo; e IV - Financiamento da Política Nacional de Saúde do Trabalhador, nos Municípios, Estados e União. Os debates deverão ter como pauta esses quatro sub-eixos, bem como as propostas finais a serem encaminhadas às demais Etapas (Estadual e Nacional). O número máximo estipulado no Regimento Interno⁴ para encaminhamento da Etapa Estadual para a Nacional é de 12 propostas no total. Nas Etapas Macrorregionais compete ao Conselho Estadual de Saúde determinar quantas propostas devem ser encaminhadas a Etapa Estadual. Finalmente, ele falou que a Previdência desenvolveu o Nexo Técnico Epidemiológico, esse pleito foi respondido pela previdência e hoje a proposta aprimorada. Concluída apresentação, a matéria foi colocada em discussão. Com a palavra, o Sr. Luiz Adalberto da Silva (COBAP) fez a seguinte colocação: “Foi bonita a sua apresentação, muito boa, mas nós aposentados nos sentimos desprotegidos porque, na verdade, aqui fala em tripartite quando deveria ser quadripartite, nós estamos excluídos”? Na sequência, o Sr. Evandro Morello (CONTAG) manifestou-se no sentido de observar algumas questões, tais como: relação capital/trabalho, sobretudo o florescimento de novas doenças, formas que levam de fato a incapacidade para o trabalho e tem grande repercussão; aprimoramento da análise das doenças novas que estão aparecendo e impactam não só nas relações de trabalho, mas especialmente na questão previdenciária, portanto, essas questões precisam florescer dentro dos debates; como esse tema em destaque será abordado na 4ª Conferência, visto que tem vários aspectos a serem levados em consideração, o mundo se transforma, as relações se transformam, as condições de trabalho vão se transformando, muita coisa nova vai aparecendo, talvez seja o grande desafio da

Previdência Social, dentro desse contexto olhando a estrutura do que se tem para análise, ou seja, benefícios por incapacidade, financiamento do sistema e outros. Por fim, ele foi categórico ao afirmar, necessário se faz que as entidades e representações cheguem na 4ª Conferência com dados substanciais, objetivando produção de resultados de interesse de todas as áreas, de todas as políticas que a sociedade vem debatendo. A seguir, foi a vez do senhor Rafael Ernesto Kieckbusch (CNI) tecer exposições acerca do tema e pontuou: Alguns aspectos importantes da curva de amadurecimento do país desde a Constituição de 88; Os desafios colocados, desde o processo à criação do SUS; proposta de discussão sobre o que é um risco por incapacidade; avanços nos últimos 20 anos, implantação de uma série de ferramentas e técnicas, algumas extremamente exitosas, outras que precisam de revisão, por exemplo, o FAP e RAT; Revisão do Sistema de financiamento da Previdência Social; separar o que é previdenciário, o que é acidentário; Análise do Anuário Estatístico da Previdência Social e o Anuário de Assistência do Trabalho. Concluindo, ele enfatizou as várias propostas da Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador que em sua opinião são importantes, precisam ter um destaque, existe a Conferência que é uma instância importante para o debate, entretanto isso precisa ser transformado numa política pública a fim de ser transformado num corpo seja de uma lei, um instrumento legal, instrumento normativo que dê clareza e que também reduza outro aspecto, por exemplo, a insegurança jurídica. De forma contundente, o conselheiro deixou para avaliação a necessidade que cada entidade, segmento, órgão governamental assumam as suas responsabilidades dentro do papel de cada um, esse é um desafio e deixar muito claro, aquele fórum é para discutir aquele assunto sem perder a visão geral, visão sistêmica de todo processo de acordo com os atores envolvidos, pois todos têm interesse de participar e construir algo melhor na questão acidentária do país. Manifestaram ainda sobre o tema em questão, os senhores conselheiros: Plínio Pavão (CUT); Antônio Cortez (Força Sindical); Antônio Lisboa Cardoso (CNC). Registre-se que as dúvidas pontuadas foram esclarecidas pelo relator da matéria. Na continuidade, o Sr. Benedito Adalberto Brunca (MPS) fez uso da palavra para deixar registrado que no âmbito do INSS estão sendo feitas videoconferências e tem como objetivo, instrumentalizar o pessoal para o debate, por esse motivo foi proposto o tema *in loco* e, assim, compartilhar dessa preocupação e dar oportunidade da conveniência e da importância de que os integrantes deste Colegiado nos seus respectivos níveis todos participem, porque se todo mundo participar, pelo menos o debate vai ser concretizado, vai ser realizado, se as

partes não forem para o debate não vai ser agregado nada em termos de contribuição, de reflexão a respeito desses desafios concretos refletidos nessa reunião.

V – OUTROS ASSUNTOS

Os itens 3 e 4 foram retirados de pauta por não haver tempo hábil para apreciação e debate, os mesmos farão parte da pauta da próxima reunião. O Sr. Antônio Lisboa Cardoso (CNC) sugeriu ao senhor Presidente, o encaminhamento das matérias que serão apreciadas nas reuniões com antecedência, pois isso vai possibilitar o conhecimento prévio dos temas e, ainda, permitir um debate bem fundamentado. A seguir, o Sr. Walter Tadeu (CNF) propôs à Presidência deste Pleno que nas próximas reuniões fosse limitado o tempo de cada apresentação e debate, a fim de vencer a pauta e, assim, não atrasar o término previsto da reunião, pois na sequência, a maioria dos conselheiros tem outras agendas a cumprir e, ainda, se o assunto for polêmico, colocar apenas esse item na pauta. O Sr. Oswaldo Lourenço (SINDAP) registrou o seu desconforto em relação à Desoneração da Folha e solicitou que esse assunto viesse a discussão nesse Plenário. O Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch (CNI) disse que diante da questão da consulta pública de reabilitação para os empregadores seria interessante marcar uma reunião para apresentar e debater a proposta já encaminhada pela CNI. A Sra. Maria Antônia Magalhães (Força Sindical) sugeriu pautar o tema “Reabilitação Profissional”. O Sr. Ponceano Vivas (ABBC) deixou registrado o seguinte manifesto: “Peço desculpas aos presentes, ainda que o assunto tenha ido para a próxima reunião, crédito consignado, eu me julgo no direito de dar alguns esclarecimentos considerando que a ABBC - Associação Brasileira de Bancos foi citada na reunião anterior em alguns momentos quando se tratou do assunto. Eu queria registrar que a ABBC em momento algum foi contrária à implementação do projeto, pelo contrário, ela defende a evolução sistêmica, a melhoria do processo desde que os entes que operam no processo tenham condições igualitárias. Esse ponto que estou colocando já foi motivo de ofícios encaminhados para a previdência já foram respondidos, mas como eu falei, é importante que seja dito. Só para os senhores terem ideia os bancos que a ABBC representa, neste momento informação divulgada pela própria Previdência representam 70% dos créditos concedidos e nós estamos dando um pouquinho de relevância a isto considerando que os nossos bancos são aqueles bancos que se preocupam em atender ao cidadão, o beneficiário da previdência que não é bancarizado, são os nossos bancos que se deslocam aos locais mais distantes possível.

tudo focado no bom atendimento a esta classe da sociedade em especial os beneficiários da previdência que são bem afetados por tudo isso. Para nós é muito importante seja mantido, nós temos uma preocupação com os novos procedimentos se mantidos na condição que estão sendo orientados acabem por prejudicar os beneficiários e o que eu peço mais uma vez é que tenhamos condição de rever o modelo de geração e utilização das formações por todos os entes que operam no sistema. Agradeço a atenção". Após ouvir as manifestações dos conselheiros, o Sr. Presidente deu o seguinte encaminhamento ao tema Reabilitação Profissional, em função do ofício, da manifestação, o prazo foi prorrogado por pelo menos 60 dias mais e nesse ínterim será agendada uma reunião com o objetivo de análise do assunto. Sobre a Desoneração, o Sr. Presidente disse que o assunto será pautado na próxima reunião. O Sr. Presidente definiu junto com os conselheiros a composição de pauta da 206ª Reunião Ordinária a ser realizada em 25/06/2014, ficando assim definida: i) 3. Síntese do batimento de dados mostrando integração do cadastro do INSS com a Caixa Econômica Federal e vice-versa; ii) Crédito Consignado on-line; iii) Desoneração; iv) Boletim Estatístico.

VI – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a 205ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. Para constar, eu, Benedito Adalberto Brunca (MPS): lavrei a presente Ata.

Brasília, 29 de Maio de 2014.